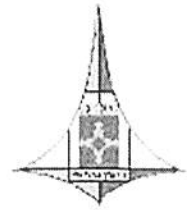


CONTRATO Nº 017/2015 – AJUR/ FHB,
que entre si celebram a **FUNDAÇÃO**
HEMOCENTRO DE BRASÍLIA e a
empresa **AZLAB EQUIPAMENTOS E**
SUPRIMENTOS PARA LABORATÓRIOS
E HOSPITAIS LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 86.743.457/0001-01, com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – Quadra 03, Conj. “A”, Bloco 03, Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **FHB** ou **CONTRATANTE**, representada neste ato pela Diretora Presidente **MIRIAM DAISY CALMON SCAGGION**, brasileira, casada, médica, portadora do CPF/MF n.º 245.222.951-20 e da Carteira de Identidade n.º 600.632 SSP/DF, residente e domiciliada nesta Capital, e de outro lado, a empresa **AZLAB EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA LABORATÓRIOS E HOSPITAIS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.440.815/0001-33, estabelecida na Rua Birigui, 78, Bairro Cidade Industrial, Curitiba/PR, CEP 81.305-440, Telefone: (41) 3779-7900, representada neste ato por **ANDERSON HENRIQUE DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, sócio-administrador, portador da Carteira de Identidade n.º 9.323.155-4 SSP/PR e do CPF n.º 061.343.989-93, domiciliado à Rua Birigui, 78, Bairro Cidade Industrial, Curitiba/PR, tendo em vista o que consta no Processo n.º 063.000.176/2015, que passa a fazer parte deste instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si justo e acertado a celebração do presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS** na forma das condições e cláusulas seguintes.





CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, este de nº 001/2015 – da CCompras/FHB (fls. 3/71), da Proposta (fl. 74/76), da Lei nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.450/05, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto do Distrito Federal 32.802/2011, Decretos Distritais nº 22.950/2002 e 26.851/2006, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas no Ato Convocatório.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

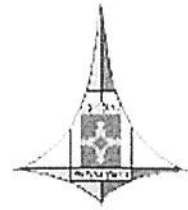
O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição **MICROTUBO DE POLIPROPILENO**, características mínimas: microtubo graduado para uso em PCR com tampa flat em polipropileno atóxico 99% puro - capacidade 200µl resistente às várias técnicas do método - 7.000 unidades – **ITEM 11**, consoante Nota de Empenho n.º 2015NE00431 (fl. 87).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total do Contrato é de **R\$ 700,00** (setecentos reais), sendo alocado para o corrente exercício o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) nos termos da correspondente lei orçamentária anual, correndo as despesas por conta das seguintes rubricas orçamentárias:

- I- Unidade Orçamentária: 23202;
- II- Programa de trabalho: 10.303.6202.2811.0001;
- III- Elemento de Despesa: 33.90.30;
- IV- Fonte de Recurso: 138.





CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E DO LOCAL DE FORNECIMENTO

Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, no endereço SMHN Quadra 3, Conjunto A, Bloco 3, no horário das 08h às 11h e 14h às 17h, conforme tabela abaixo:

ITEM	PARCELA	QUANTIDADE (por parcela)	PRAZO
			(Contados a partir do recebimento da Nota de Empenho)
11	1ª	4.000 unidades	Até 30 dias
	2ª	3.000 unidades	210 dias

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

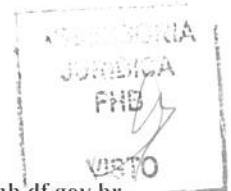
A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, conforme apresentação de Nota Fiscal Eletrônica e de documentos adicionais exigidos em lei, discriminando o serviço efetivamente prestado, acompanhada do atesto de conformidade firmado pelo gestor do contrato, que só o fará mediante cumprimento de todas as obrigações pactuadas, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Nota Fiscal Eletrônica deverá conter o nome do banco, o número de sua conta bancária e respectiva agência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar a regularidade fiscal para com a Fazenda do Distrito Federal, Seguridade Social (CND), ao FGTS e à Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.





CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da FHB durante a vigência do contrato:

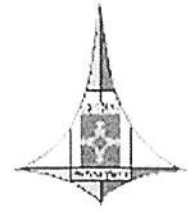
- 7.1 Indicar o executor interno do contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93 e Dec. 16.098/94, Art. 13, Inciso II e § 3º.
- 7.2 Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a contratada.
- 7.3 Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.
- 7.4 Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.
- 7.5 Notificar a contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.
- 7.6 Comunicar a empresa vencedora do certame, quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do material, objeto deste Edital.
- 7.7 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 7.8 Rejeitar no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações deste Edital.
- 7.9 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais objeto deste Contrato, por meio de servidor especialmente designado, podendo sustar, recusar, ou devolver qualquer material que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da **Contratada**:

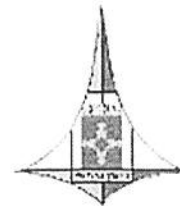
- 8.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.





- 8.2 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços.
- 8.3 Responsabilizar-se pelas eventuais despesas para execução do serviço solicitado, quaisquer que sejam os seus valores, e cumprir todas as obrigações constantes dos anexos do ato convocatório.
- 8.4 Comprometer-se ao fiel cumprimento das condições do Edital;
- 8.5 Utilizar, obrigatoriamente, produtos de primeira qualidade, que serão analisados pelo executor do contrato;
- 8.6 Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração da Fundação Hemocentro de Brasília, em estrita observância as especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, constando detalhadamente nos materiais, as indicações de marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 8.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 8.8 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, o produto com avarias e defeitos.
- 8.9 Abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus para a contratante, se não previstas neste instrumento ou expressamente autorizadas pela Fundação Hemocentro de Brasília.
- 8.10 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tais como taxas, impostos e multas, resultantes da execução dos serviços, bem como assumir todos os ônus decorrentes do possível chamamento da contratante em juízo como litisconsorte em ações trabalhistas ou de reparação civil, em decorrência da execução dos serviços, ficando a contratante, desde já, autorizada a glosar nas faturas as importâncias estimadas com o processo.





- 8.11 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 8.12 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
- 8.13 Comunicar ao Laboratório de Imunologia dos Transplantes da Fundação Hemocentro de Brasília, no prazo máximo de 15 (quinze) dias que antecede o prazo de vencimento da entrega de materiais, os motivos que impeçam ou impossibilite o seu cumprimento, com a devida comprovação.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital de Licitação, descontada da garantia oferecida ou pleiteada judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

9.1 Das Espécies.

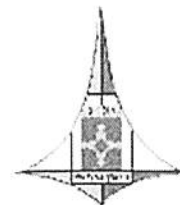
9.1.1 As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, ficam sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

I – advertência;

II – multa; e

III – suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.





a) Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.1.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

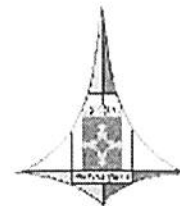
9.2 Da Advertência

9.2.1 A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pelo CENTRO DE COMPRAS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II – pelo ordenador de despesas da FHB se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.





9.3 Da Multa

9.3.1 A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas da FHB, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da FHB, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

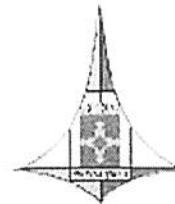
III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

9.3.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:





I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

9.3.3 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

9.3.4 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

9.3.5 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

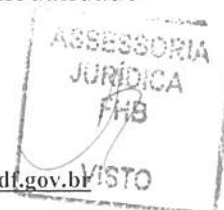
9.3.6 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 9.10.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

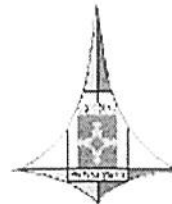
9.3.7 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 9.3.1.

9.3.8 A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 9.10.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

9.4 Da Suspensão

9.4.1 A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a FHB, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade





pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pelo CENTRO DE COMPRAS, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no Edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

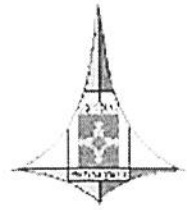
9.4.2 A penalidade de suspensão será aplicada pela autoridade competente da FHB.

I - As penalidades serão aplicadas em caso descumprimento das obrigações no âmbito do procedimento licitatório e na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

9.4.3 A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

9.4.4 O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.





9.5 Da Declaração de Inidoneidade

9.5.1 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo (a) Diretor (a) Presidente da FHB, à vista dos motivos informados na instrução processual.

9.5.2 A declaração de inidoneidade prevista neste item 9.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou e será concedida sempre que a contratada ressarcir a FHB pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

9.5.3 A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.6 Das Demais Penalidades

9.6.1 As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 9.5;

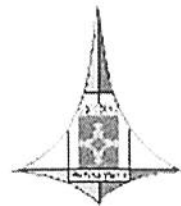
III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 9.4.3 e 9.4.4.

9.6.2 As sanções previstas nos subitens 9.4 e 9.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e





III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

9.7 Do Direito de Defesa

9.7.1 É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

9.7.2 O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento do recurso sob pena de responsabilidade.

9.7.3 Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Cláusula, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

9.7.4 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

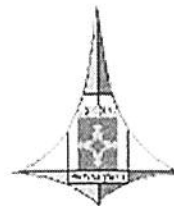
II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

9.7.5 Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito





Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

9.7.6 Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 9.2 e 9.3 desta Cláusula de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.8 Do Assentamento em Registros

9.8.1 Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

9.8.2 As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

9.9 Da Sujeição a Perdas e Danos

9.9.1 Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste Edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à FHB pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

9.10 Disposições Complementares

9.10.1 As sanções previstas nos subitens 9.2, 9.3 e 9.4 da presente Cláusula serão aplicadas pelo ordenador de despesas da FHB.

9.10.2 Os prazos referidos nesta Cláusula só se iniciam e vencem em dia de expediente na FHB.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer alteração deste Contrato deve observância à forma preconizada no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, mediante Termo Aditivo próprio que não lhe altere o objeto.





CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, ou seja, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da FHB, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital e seus Anexos, observado o disposto nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DÉBITOS PARA COM A FHB

Os débitos da Contratada para com a FHB, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

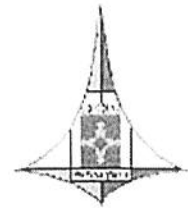
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO EXECUTOR

A FHB, por meio de ato próprio, e com amparo no art. 67 da Lei nº 8.666/93, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela FHB, na Imprensa Oficial do Distrito Federal, de acordo com o Parágrafo Único, do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.





CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias ao presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

E assim, por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente CONTRATO, em 03 (três) vias de igual teor, forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília – DF, 28 de julho de 2015.

Miriam D. C. Scaggion
MIRIAM DAISY CALMON SCAGGION
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE
BRASÍLIA

Diretora Presidente

Anderson Henrique de Sousa
ANDERSON HENRIQUE DE SOUSA
AZLAB-EQUIPAMENTOS E
SUPRIMENTOS PARA LABORATÓRIOS
E HOSPITAIS LTDA

Representante da Contratada

Testemunhas:

1ª – Nome: Luiz Machado Neto

2ª – Nome: _____

CPF: 078.103.039-02

CPF: _____



132 584-1, 55, 2º, 33, 30, Carlos Henrique de Carvalho Assis, 131 743-1, 51, 3º, 41, 31, Antonio Henrique Cordeiro, 1.658-426-0, 34, 1º, 48, 34, Eliana Teles de Gois, 1.441 566-6, 37, 1º, 66, 35, Miguel Arcanjo de Lima, 157 388-8, 48, 1º, 18, 36, Renato Simonatto e Silva, 140 987-5, 29, 1º, 37, 37, Vanya Lucia Santana de Lima, 140 648-5, 61, 1º, 31, 38, Amauri Araujo Godinho Junior, 140 846-1, 74, 1º, 49, 38, Rodrigo Carvalho Diniz, 137 815-5, 56, 2º, 29, 40, Percival Rosa Rebello, 1 431 532-7, 54, 1º, 43, 40, 56, 41, Marcela Maia Leite Barros, 198 820-4, 41, 1º, 79, 43, Adriana Ferreira Barros Areal, 186 122-0, 73, 1º, 65, 44, Luciana Feitosa Mumiz, 190 627-5, 67, 1º, 36, 46, Ruth Helena Gutierrez Aben Athar, 142 028-3, 78, 1º, 6, 47, Tannus Daher Filho, 132 948-0, 71, 1º, 25, 48, Joseph Monteiro de Carvalho, 145 249-5, 70, 1º, 28, 48, Jairo Martinez Zapata, 110 206-0, 89, 1º, 40, 50, Cecilio Kassim Salame, 127 986-6, 38, 1º, 32, 51, Tânia Maria Leite Antunes de Oliveira, 142 533-1, 64, 1º, 62, 52, Maria Aparecida Soares Moreira Machado, 152 867-x, 69, 1º, 24, 53, Lucia Helena Soares, 135 621-6, 65, 1º, 93, 53, Geraldo Marcelo Silva, 153 685-0, 53, 2º, 90, 54, Jacirema Simone Maciel Flor, 139 527-0, 52, 1º, 19, 55, Marcello Oliveira Barbosa, 141 583-2, 64, 1º, 70, 56, Maria de Fatima Rocha, 130 437-2, 61, 1º, 63, 57, Jussane Cabral Mendonça, 154 245-1, 91, 1º, 42, 58, Eduardo Alberto de Moraes, 159 502-4, 67, 1º, 39, 59, Jackson de Pina Silva, 140 676-0, 64, 1º, Ingrid Coutinho Chaves de Oliveira, 1.442.149-6, 44, 1º

SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE DIRETORIA DE SAÚDE DO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 14, DE 21 DE JULHO DE 2015.

O DIRETOR DO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA, DA SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 840 do Distrito Federal, de 23 de dezembro de 2011, artigo 211, § 1º, c/c o artigo 255, inciso II, alínea "c" do mesmo diploma legal, combinado com o Decreto nº 33 653, de 10 de maio de 2012, art. 4º e art. 6º e Portaria 55 do Distrito Federal, de 10 de maio de 2012, RESOLVE DESIGNAR os servidores relacionados para compor a Comissão Regional Permanente de Investigação de Acidentes em Serviços do HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA. JOSEETE M. MESQUITA DOS ANJOS, matrícula: 159 241-6; ALESSANDRA APARECIDA BORGES, matrícula: 171 358-2; DIEI GOMES DA SILVA JÚNIOR, matrícula 141 123-3.

DELMASON SOARES BARBOSA DE CARVALHO

CENTRO DE ORIENTAÇÃO MÉDICO PSICOPEDAGÓGICA

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE JULHO DE 2015.

A COORDENADORA GERAL DE SAÚDE DO CENTRO DE ORIENTAÇÃO MÉDICO PSICOPEDAGÓGICA, DA SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso II do artigo 6º da Portaria nº 61, de 30 de março de 2009, publicada no DODF nº 63, de 01 de abril de 2009, e tendo em vista o disposto no artigo 44, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 33 551, de 29 de fevereiro de 2012, RESOLVE CONCEDER Licença Nojo, com base no artigo 62, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011 a VIVIANE CELI HERMIDA GONÇALVES, ES - TERAPEUTA OCUPACIONAL, matrícula nº 129 742-2, no período de 24/06/2015 a 01/07/2015, por motivo de falecimento de seu pai. FRANCISCO IVO GONÇALVES, ocorrido em 24/06/2015.

SIMONE MARIA LOUREIRO CABRAL DE MELO GUIMARÃES

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO Nº 121, DE 22 DE JULHO DE 2015

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 35, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 34 539, de 31 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º Designar MARINA DE MELO LIMA PAIVA, matrícula 1 402 195-1, como executora e ALINE GABRIELA DE OLIVEIRA FREITAS, matrícula 1 401 923-X como executora substituta do Convênio nº 001/2014-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063 000 397/2014.

Art. 2º Designar RENATA VERNAY LOPES, matrícula 1 401 940-X, como executora e MARCELA MOREIRA COELHO, matrícula 1 401 924-8 como executora substituta do Contrato nº 015/2015-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063 000 174/2015.

Art. 3º Designar FLAVIA ZATTAR PIAZERA, matrícula 1 402 001-7, como executora e PEDRO HENRIQUE DE JESUS DIOGO, matrícula 1 402 132-3 como executor substituto do Contrato nº 012/2015-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063 000 168/2015.

Art. 4º Designar PEDRO HENRIQUE DE JESUS DIOGO, matrícula 1 402 132-3, como executor e JEFFERSON D B CARMO ARAUJO, matrícula 1 402 186-2 como executor substituto do Contrato nº 017/2015-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063 000 176/2015.

Art. 5º Designar PEDRO HENRIQUE DE JESUS DIOGO, matrícula 1 402 132-3, como executor

e JEFFERSON D B CARMO ARAUJO, matrícula 1 402 186-2 como executor substituto do Contrato nº 016/2015-AJUR/FHB, objeto do processo nº 063 000 175/2015.

Art. 6º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM DAISY CALMON SCAGGION

INSTRUÇÃO Nº 130, DE 13 DE JULHO DE 2015.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 23, do estatuto aprovado pelo Decreto nº 34539, de 31 de julho de 2013, e atendendo o parágrafo único artigo 3º do Decreto nº 33 551 de 29 de fevereiro de 2012 resolve:

DESIGNAR MARCOS ALBERTO BARROS NEIVA, matrícula 1402064-5, Técnico de Atividades do Hemocentro, Agente Administrativo, para substituir Aline Gabriela de Oliveira Freitas, matrícula 1401923-x, Gerente da Gerência de Gestão de Pessoas, da Fundação Hemocentro de Brasília, Símbolo DFG 14, no período de 29/06/2015 a 12/07/2015, em razão de licença médica do titular; nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 840 de 23 de dezembro de 2011.

DESIGNAR LUCIANA APARECIDA DE SIQUEIRA LIMA, matrícula 1401850-0, Técnico de Atividades do Hemocentro, Agente Administrativo, para substituir Paulo Sérgio Dias Peres, matrícula 353146-5, Gerente da Gerência de Orçamento e Finanças, da Fundação Hemocentro de Brasília, Símbolo DFG 14, no período de 17/08/2015 a 05/09/2015, em razão de férias do titular; nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 840 de 23 de dezembro de 2011.

DESIGNAR JULYANA BORGES BATISTA, matrícula 1402012-2, Técnico de Atividades do Hemocentro, Agente Administrativo, para substituir Fernando Rodrigo Tavares, matrícula 1402119-6, Chefe da Assessoria Jurídica, da Fundação Hemocentro de Brasília, Símbolo CNE 06, no período de 13/07/2015 a 22/07/2015, em razão de férias do titular; nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 840 de 23 de dezembro de 2011.

MIRIAM DAISY CALMON SCAGGION

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JULHO DE 2015.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, por delegação de competência conferida pela Portaria nº 121/2009-SE, RESOLVE:

CONCEDER nos termos do artigo 217, inciso I, alínea "d" da Lei nº 8 112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 40, §§ 7º, inciso II e 8º da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 2º, inciso II da Lei nº 10 887, de 21 de junho de 2004, combinado com os artigos 29, inciso II, 30 e 51 da Lei Complementar nº 769, de 1º de julho de 2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 818, de 18 de novembro de 2009, Pensão Vitalícia a GENI PEREIRA DE ALMEIDA e a PAULO ALVES DE ALMEIDA, pais dependentes econômicos da ex-servidora GLEYDIS PEREIRA DE ALMEIDA, matrícula 31 301-7, no Cargo de Professor, Classe A, Etapa 15-CDII, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 26 de julho de 2010, por força da Ação de Justificação nº 2010.01.1 213981-0. Processo 474.001246/2010.

CONCEDER nos termos do artigo 217, inciso I, alínea "d" da Lei nº 8 112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 40, §§ 7º, inciso II e 8º da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 2º, inciso II da Lei nº 10.887, de 21 de junho de 2004, combinado com os artigos 29, inciso II, 30 e 51 da Lei Complementar nº 769, de 1º de julho de 2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 818, de 18 de novembro de 2009, Pensão Vitalícia a GENI PEREIRA DE ALMEIDA e a PAULO ALVES DE ALMEIDA, pais dependentes econômicos da ex-servidora GLEYDIS PEREIRA DE ALMEIDA, matrícula 204 708-X, no Cargo de Professor, Classe A, Etapa 08-AAI, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 26 de julho de 2010, por força da Ação de Justificação nº 2010.01.1 213981-0. Processo 474.001246/2010.

RETIFICAR na Ordem de Serviço de 06 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 87, de 07 de maio de 2015, o ato que concedeu Pensão Temporária à filha maior invalida da aposentada DINALVA OLIVEIRA BRAGA, matrícula 80 407-X, no Cargo de Agente de Gestão Educacional/Conservação e Limpeza, Etapa I, Nível 10, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para ONDE SE LÊ: MÔNICA OLIVEIRA BRAGA, LEIA-SE: MÔNICA OLIVEIRA BRAGA BATISTA, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo 080 011054/2014.

RETIFICAR na Ordem de Serviço de 10 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 215, de 11 de novembro de 2010, o ato que concedeu Pensão Vitalícia à viúva do aposentado ANTÔNIO MODESTO DA SILVA, matrícula 76 903-7, no Cargo de Agente de Gestão Educacional/Conservação e Limpeza, Classe C, Etapa/Referência 09-XC4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, republicado nos Diários Oficiais do Distrito Federal de 17 de setembro de 2014 e de 06 de outubro de 2014, para EXCLUIR da fundamentação legal o artigo 217, item I, alínea "a", da Lei nº 8 112, de 11 de dezembro de 1990, e INCLUIR os artigos 12, inciso IV e 30 da Lei Complementar nº 769, de 1º de julho de 2008, com redação dada pela Lei

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2015**

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: AZLAB EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA LABORATORIOS E HOSPITAIS LTDA. CNPJ 13.440.815/0001-33. Objeto: Aquisição de microtubo de polipropileno, características mínimas: microtubo graduado para uso em PCR - 7.000 unidades - Item 11. Processo nº 063.000.176/2015. Nota de Empenho: UG - 170202. Gestão - 17202. Número de Empenho - 2015NE00431. Valor da NE: R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Programa de Trabalho: 10303620228110001. Natureza da Despesa: 33.90.30. Fonte de recursos: 138. Licitação: Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 001/2015 - FHB. Vigência: O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. Valor total: O valor total do contrato é de R\$ 700,00 (setecentos reais). Assinam: Pela Contratante: Miriam Daisy Calmon Scaggion - Diretora Presidente, e pela Contratada: Anderson Henrique de Sousa.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2015

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTOCOMPATIBILIDADE. CNPJ 51.744.837/0001-86. Objeto: Prestação de serviços de fornecimento do Programa de Avaliação Externa da Qualidade, para atender às necessidades do Laboratório de Imunologia dos Transplantes. Processo nº 063.000.340/2014. Nota de Empenho: UG - 170202. Gestão - 17202. Número de Empenho - 2015NE00402. Valor da NE: R\$ 2.500,96 (dois mil e quinhentos reais e noventa e seis centavos). Programa de Trabalho: 10303620240540002. Natureza da Despesa: 33.90.39. Fonte de recursos: 138. Dispensa de Licitação nº 002/2015 - FHB. Vigência: O presente Contrato vigorará a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015. Valor total: O valor total do contrato é de R\$ 2.500,96 (dois mil e quinhentos reais e noventa e seis centavos). Assinam: Pela Contratante: Miriam Daisy Calmon Scaggion - Diretora Presidente, e pela Contratada: Noemi Farah Pereira.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2015

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: APOYO COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA-EPP. CNPJ 54.563.473/0001-26. Objeto: Aquisição Etiqueta identificação bolsa de sangue, material: filme plástico de polipropileno, cor: branca fosca, tamanho etiqueta: 15 mm x 60 mm, quantidade coluna: 05 colunas, linear largura: 81 mm, diâmetro interno bobina: 75 mm - 132 rolos - Item 3, e Etiqueta auto-adesiva, Material: etiqueta sintética papel couche adesivo, tamanho etiqueta: 33 x 22mm, aplicação: impressora zebra TLP 2844 - 3 rolos - Item 6. Processo nº 063.000.212/2015. Nota de Empenho: UG - 170202. Gestão - 17202. Número dos Empenhos - 2015NE00507 - Valor da NE: 174,00 (cento e setenta e quatro reais) no Programa de Trabalho 10.303.6202.4060.0001- e 2015NE00508. Valor da NE: R\$ 3.979,80 (três mil, novecentos e setenta e nove reais e oitenta centavos) no Programa de Trabalho 10.303.6202.2811.0001. Natureza da Despesa: 33.90.30. Fonte de recursos: 138. Licitação: Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 005/2015 - FHB. Vigência: O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. Valor total: O valor total do contrato é de R\$ 8.133,60 (oito mil, cento e trinta e três reais e sessenta centavos). Assinam: Pela Contratante: Miriam Daisy Calmon Scaggion - Diretora Presidente, e pela Contratada: Domingos Luiz Magro.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2015

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: SARSTEDT LTDA. CNPJ 02.661.790/0001-81. Objeto: Aquisição de placa para microtitulação, Características: Placa elisa fundo em "v" com 96 poços, tamanho/capacidade: 96 well, unidade de estoque: pacote - 1.200 unidades - Item 13. Processo nº 063.000.173/2015. Nota de Empenho: UG - 170202. Gestão - 17202. Número de Empenho - 2015NE00426. Valor da NE: R\$ 849,96 (oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos). Programa de Trabalho: 10303620228110001. Natureza da Despesa: 33.90.30. Fonte de recursos: 138. Licitação: Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 001/2015 - FHB. Vigência: O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. Valor total: O valor total do contrato é de R\$ 1.699,92 (um mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos). Assinam: Pela Contratante: Miriam Daisy Calmon Scaggion - Diretora Presidente, e pela Contratada: Vicente Jose Mazzeu da Silva.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2014

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: CENTRO DE EXCELÊNCIA EMPRESARIAL LTDA ME. CNPJ/MF sob o nº 06.138.487/0001-50. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato por mais 120 (cento e vinte) dias a contar de 02 de agosto de 2015. Processo nº 063.000.339/2013. Assinam: Pela Contratante: Miriam Daisy Calmon Scaggion - Diretora Presidente, e pela Contratada: Maria Adizira Godinho Silva.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 06/2015

A Diretora-Presidente/FHB comunica a abertura da Dispensa de Licitação - Cotação Eletrônica nº 06/2015, tipo menor preço, para aquisição de 05 (cinco) relógios de parede, a ser realizada exclusivamente por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br, opção cotação eletrônica. Processo nº 063.000.425/2013. Data de Encerramento da Cotação Eletrônica: 20/08/2015, às 09 horas. O Edital encontra-se disponibilizado, sem ônus, no site www.fhb.df.gov.br.

MIRIAM DAISY CALMON SCAGGION

RESULTADO DE JULGAMENTO PARCIAL**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2015**

A Pregoeira torna público o resultado de julgamento parcial do pregão supracitado, informando que sagrou-se vencedora do item 03 a empresa Previs Equipamentos de Segurança Profissional Ltda-ME, com o valor total global de R\$ 60.379,00. Maiores informações no site <http://www.comprasnet.gov.br/UASG>: 926334. Processo nº 063.000.096/2015-FHB.

Brasília/DF, 17 de agosto de 2015

REGINA RODRIGUES PORTO

Pregoeira

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**COMISSÃO TÉCNICA E JULGADORA****RESULTADO DE HABILITAÇÃO****CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2015**

A COMISSÃO TÉCNICA E JULGADORA, do chamamento público em epígrafe, comunica aos interessados que após a análise da documentação referente à habilitação para firmar CONVÊNIO para gestão dos Centros de Educação de Primeira Infância - CEPI para o atendimento a crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, na primeira etapa da Educação Básica, em período integral de 10 horas objeto do processo nº. 084.000.450/2014, verificou-se que todas as Instituições participantes encontram-se inabilitadas. Fica definido a data de 31/08/2015 das 08:00 às 14:00 horas na SGAN 607, módulo D, Edifício Sede da SEDF - Auditório terraço para apresentação de nova documentação na forma prevista no Art. 48 § 3º da Lei 8.666/93, que estabelece que quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação. Informamos que a ata de habilitação contendo os motivos que ensejaram na inabilitação das Instituições encontra-se disponível no site da SEDF <http://www.se.df.gov.br>, assim como a prorrogação do cronograma. Os autos ficam com vistas franqueadas aos interessados.

Brasília, 17 de agosto de 2015

COMISSÃO TÉCNICA E JULGADORA

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**RECONHECIMENTOS DE DÍVIDA**

Processo: 080.006085/2011. ASSUNTO: Reconhecimento de dívida. Com fulcro no artigo 1º do Decreto nº 35.003, de 23 de dezembro de 2013, no art. 5º, incisos "V" e "XIV" da Portaria nº 121, de 24 de março de 2009, no § 1º do art. 142, da Lei Complementar 840, de 23/11/2011, na Seção IV, art. 26, da Instrução Normativa nº 1 - SEGAD e o Art. 7º da Lei nº 3.163, de 03/07/2003 - RECONHEÇO A DÍVIDA - oriunda de regularização funcional por falecimento da ex-servidora MARIA DE NASARE AMORIM DE MENEZES, falecida aos 03/11/2012, AUTORIZO a execução da despesa no valor de R\$ 50.915,91 (cinquenta mil, novecentos e quinze reais e noventa e um centavos), constante às fls. 50, do Processo nº 080.008.641/2012, devendo o respectivo valor deverá ser transferido para conta em juízo da Primeira Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília, conforme orientado no ofício nº 751/2014 fl. 29. Ana Lucia Miranda Lima - Subsecretária.

Processo: 080.008641/2012. ASSUNTO: Reconhecimento de dívida. Com fulcro no artigo 1º do Decreto nº 35.003, de 23 de dezembro de 2013, no art. 5º, incisos "V" e "XIV" da Portaria nº 121, de 24 de março de 2009, no § 1º do art. 142, da Lei Complementar 840, de 23/11/2011, na Seção IV, art. 26, da Instrução Normativa nº 1 - SEGAD e o Art. 7º da Lei nº 3.163, de 03/07/2003 - RECONHEÇO A DÍVIDA - oriunda de regularização funcional por falecimento da ex-servidora MARIA DE LOURDES MAGALHÃES, falecida aos 08/07/2011, AUTORIZO a execução da despesa no valor de R\$ 4.219,85 (quatro mil e duzentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos) constantes às fls. 25, do Processo nº 080.006.085/2011 devendo o respectivo valor ser entregue para JULIO FRANÇA PESSOA, CPF nº 039.551.251-49, CI nº 122.475 - SSP/DF, conforme Alvará Judicial expedido pela Segunda Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília - Processo nº 2014.01.1.180099-2 às fls. 07. Ana Lucia Miranda Lima - Subsecretária.